

# A volta da inflação de 2 dígitos

**JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS**

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a Fundação Getúlio Vargas concordam, pelo menos, numa coisa: a inflação de janeiro vai romper a barreira dos dois dígitos. O governo federal prefere não ouvir falar em três dígitos, para o ano, um número que poderá significar algo além de cem.

A inflação deste ano é uma incógnita, mesmo para os economistas do governo. Fala-se em 60 ou 40%, em termos oficiais. Os números não indicam, entretanto, que o próprio governo esteja trabalhando com este número: "Não me pergunte com qual inflação estamos trabalhando, porque não vou poder dizer", afirma o secretário-executivo das empresas estatais, Antoninho Marmo Trevisan.

Trevisan é o homem encarrega-



Trevisan: uma incógnita

do de comandar os orçamentos das empresas estatais para este ano e não descarta a possibilidade de ultrapassar os três dígitos se for confirmada uma espiral inflacionária nos primeiros meses do ano. O chamado "realinhamento" de preços e serviços, previsto para o início deste ano, mexe fundamentalmente com o congelamento e põe por terra toda a teoria dos economistas do governo da Nova República, ao proclamarem a possibilidade de preços estáveis numa economia de mercado. O governo volta, portanto, ao Índice de Preços ao Consumidor, aquele que mede apenas o nível de renda das populações até cinco salários mínimos para medir o poder aquisitivo da população.

## DIVISAS

A alteração dos índices parece ter sido a fórmula encontrada pelos governos de marcar as taxas de infla-

ção nos últimos anos. Isto nem sempre tem dado certo, entretanto. O INPC ampliado, já na Nova República, teve de ser mudado, para dar lugar a um novo índice, que incide apenas sobre famílias que ganham entre um e cinco salários mínimos.

O governo também parece ter abandonado a fórmula confortável dos congelamentos, por entender que com eles vêm também a escassez e a necessidade de importações crescentes, quando faltam divisas. Daqui em diante, a tendência é que se trabalhe com preços administrados os mais realistas possíveis, até mesmo no campo das tarifas públicas.

Não mais caberá ao setor público "bancar" tarifas ou preços. Em outras palavras, quem quiser consumir, consuma do seu próprio bolso. Com isto, o Tesouro estará economizando o que necessita. (Brasília/Agência Estado)